

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA PARA REQUERIMENTO DE ATO EXRAJUDICIAL

AO CARTÓRIO

E AO CARTÓRIO

utilizar para 2ª via de outro cartório

DADOS DO REQUERENTE:

Nome:

Profissão:

CPF:

CNPJ :

RG:

Estado civil:

Telefone:

E-mail:

Endereço

NA QUALIDADE DE:

O PRÓPRIO INTERESSADO REPRESENTANTE LEGAL OUTROS: []

ATO REQUERIDO:

2ª VIA DE CERTIDÃO 2ª VIA DE CERTIDÃO POR MATERIALIZAÇÃO DE CERTIDÃO DE OUTRO CARTÓRIO

HABILITAÇÃO PARA CASAMENTO OUTROS: []

DADOS DO REGISTRO

NASCIMENTO CASAMENTO

ÓBITO

OUTRO: []

LIVRO

FOLHA

TERMO

DATA DO ATO

NOME DO REGISTRADO

MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:

DECLARO, com fulcro no art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal; arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), para fins de deferimento de gratuidade de emolumentos, que sou HIPOSSUFICIENTE, assim sendo o pagamento dos emolumentos, referente ao ato requerido prejudicará o meu sustento próprio e da minha família, pelos seguintes motivos:

Renda Mensal Total:

Recebe Auxílio do governo? SIM NÃO

Inscrito no CadÚnico SIM NÃO

Renda Familiar: Até 02 (dois) salários mínimos.

Até 03 (três) salários mínimos.

Mais de 03 (três) salários mínimos.

FILHOS:

NÃO

Sim, maiores:

[]

menores: []

TEM BENS:

NÃO

Sim: []

MORA DE ALUGUEL? NÃO Sim, valor:

Outros Motivos:

[]	[]	[]
[]	[]	[]
[]	[]	[]

DECLARO, para os devidos fins, que as informações contidas no presente formulário são verdadeiras e assumo o compromisso de apresentar, quando solicitado, os comprovantes originais das declarações prestadas acima, bem como atesto, estar ciente de que minha declaração poderá ensejar uma futura RESPONSABILIDADE CRIMINAL, nos termos do Código Penal Brasileiro, pelo CRIME de FALSIDADE IDEOLÓGICA: Art. 299 do Código Penal Brasileiro: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de 1(um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

DECLARO estar ciente de que, no caso de indeferimento da gratuidade, terei o prazo de 48 horas, para realizar o pagamento, desistir do pedido ou requerer parcelamento, sob pena de arquivamento deste requerimento. Declaro ainda que, em caso de discordância da posição do oficial de registro civil, estou ciente que poderei requerer a suscitação de dúvida ao juiz competente ficando sobrestado o pedido. Além disso, ciente de que o Juiz competente, ao decidir o processo de dúvida, verificar que houve declaração falsa ou de má fé a cargo da parte interessada, sem prejuízo de outras providências, poderá CONDENAR ao pagamento de até o déncuplo do valor (dez vezes) do acréscimo legal instituído pela Lei estadual nº 2.524/96, devido ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça na prática do ato extrajudicial. (art. 3º § 9º do Ato Conjunto TJ/CGJ Nº 27/2013).

DATA:

Assinatura do Requerente

OBS: TODOS OS CAMPOS são obrigatórios. Necessário assinatura conforme RG, devendo este ser apresentado para confronto. ST